CARTA ABERTA AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Pela transição justa e popular dos sistemas alimentares que nos leve à Soberania Alimentar, ao Bem Viver e à consolidação da democracia nacional.

Nós, representantes da sociedade civil dos colegiados de controle social que atuam na agenda de sistemas alimentares[1], temos mantido um processo de diálogo para articular nossos olhares, prioridades e propostas. O documento que apresentamos é um dos resultados deste processo.

O governo Lula III reconstruiu políticas públicas, programas e espaços de participação social destruídos durante o governo Bolsonaro. Essa foi uma condição determinante para que o Brasil exibisse, atualmente, os menores níveis de fome e pobreza de sua história. A vitória que assegurou o governo Lula IV foi construída pela mobilização popular. Nos bairros, nas periferias, no campo, nas águas e nas florestas, as mesmas pessoas, especialmente mulheres, jovens e idosos, suas famílias e comunidades que tiveram suas vidas melhoradas pelas políticas públicas foram às ruas e às urnas, reconhecendo o valor dessas políticas e votaram para defendê-las e protegê-las. Agora, querem muito mais e seguem mobilizadas para conquistar e construir vidas ainda mais dignas. Portanto o que foi dito nos palanques deve ser honrado pelas prioridades programáticas, ações e orçamento público.

É com a força popular que enfrentaremos a resistência dos setores conservadores às mudanças inadiáveis que o país precisa. Para que a decisão das urnas se transforme em ações que cheguem aos territórios, precisamos de participação social qualificada, com poder de influir nas decisões de governo e na destinação dos recursos públicos. Quem vive os problemas e constrói soluções no dia a dia precisa participar e estar no centro das decisões.

[1] CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAPO: Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CNES: Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPCT: Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

Erradicar a fome e garantir soberania e segurança alimentar e nutricional, enfrentar a emergência climática, proteger a saúde pública e o meio ambiente são desafios que exigem ação conjunta. Secas e enchentes atingem a produção, o acesso à água, o preço da comida, aumentam a pobreza e as desigualdades. A dificuldade de encontrar alimentos saudáveis a preços acessíveis, o avanço dos ultraprocessados e a exposição a agrotóxicos adoecem a população. A transição justa e popular dos sistemas alimentares, tendo a agroecologia como eixo estruturante, e o fortalecimento da economia solidária nos territórios, devem, por isso, estar no centro da ação de governo.

É fundamental que o próximo mandato assuma o compromisso de fortalecer os sistemas nacionais de políticas públicas e de participação social como estratégia de aprofundamento da democracia na governança dos sistemas alimentares. É preciso consolidar o SISAN, SUS, SUAS, SINAES e o SISNAMA[2], e avançar na construção de um sistema de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Isso exige financiamento adequado, equipes e responsabilidades pactuadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Fortalecer a participação social através de conselhos e comissões (CONSEA, CNAPO, CONDRAF, CNES, CNPCT e demais colegiados) passa por assegurar condições de funcionamento, articulação entre eles, regras para prevenir conflitos de interesse e respostas públicas às suas propostas. Temos consciência da importância do controle social exercido nestas instâncias, mas também sabemos que a participação é e precisa estar além destes limites, portanto defendemos assembleias territoriais e outras formas presenciais e digitais de participação para que as realidades e saberes da diversidade de territórios e comunidades do nosso país tenha canais de incidência nas decisões públicas. Estratégias específicas precisam ser adotadas para ampliar a participação de mulheres, jovens e pessoas idosas. Requeremos, ainda, mais espaço para a sociedade civil definir prioridades para a destinação de recursos por meio do orçamento participativo e no Plano Plurianual (PPA 2028–2031), inclusive acompanhando sua execução. Isso inclui mecanismos de controle social sobre as emendas parlamentares e os fundos públicos, com prioridades definidas pelos Planos Plurianuais, pelas Conferências e pelos planos nacionais setoriais.

[2] SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUS: Sistema Único de Saúde
SUAS: Sistema Único de Assistência Social
SINAES: Sistema Nacional de Economia Solidária
SISNAMA: Sistema Nacional de Meio Ambiente

A transição dos sistemas alimentares deve assumir uma agenda que articule a produção, o abastecimento e o consumo de comida de verdade aos direitos de quem produz, distribui e cuida, fortalecendo formas coletivas, cooperativas e solidárias de organização econômica nos territórios. Para isso propomos quatro frentes de ação que se reforçam mutuamente.

Terra, água, biodiversidade e proteção dos territórios. Acelerar a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas e a regularização e proteção de todos os territórios tradicionais e a economia solidária é instrumento estratégico dessa reorganização. Neste sentido aguardamos o cumprimento do compromisso de campanha de assinatura, ainda em 2026, do Decreto de regularização fundiária para povos e comunidades tradicionais. Garantir água para beber e produzir, respeitar o direito à consulta prévia, livre e informada e apoiar as comunidades que conservam e multiplicam sementes crioulas, nossos biomas e outros recursos genéticos. Recuperar solos, nascentes e ecossistemas e garantir crédito, seguro e assistência técnica para a adaptação climática.

Produção agroecológica e abastecimento popular. Ampliar o crédito, o fomento e a assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e continuada para a agricultura familiar e camponesa, a pesca artesanal, o extrativismo e a agricultura urbana e periurbana. Estimular o cooperativismo e a economia solidária, a autogestão, as finanças solidárias, o comércio justo e solidário e os circuitos econômicos territoriais e investir em beneficiamento, armazenagem, distribuição e abastecimento popular. Ampliar o acesso a mercados por meio de feiras, circuitos locais e compras públicas pelo PAA e pelo PNAE. Fortalecer a Conab, reforçar os estoques públicos e as cozinhas solidárias e comunitárias para garantir abastecimento e acesso à alimentação. É preciso ainda criar uma Política Nacional de Compras Públicas da Economia Solidária, que garanta volume e regularidade de vendas aos empreendimentos e fortaleça o desenvolvimento nos territórios.

Alimentação saudável e saúde pública. Vivemos uma aparente contradição entre pessoas em insegurança alimentar e uma epidemia de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, ambas relacionadas ao consumo de produtos ultraprocessados. Alimentação saudável atua nestes dois desafios. É urgente ampliar o acesso a alimentos frescos e saudáveis, promover a alimentação saudável e valorizar as culturas alimentares nos serviços do SUS, nas escolas e nos equipamentos públicos de alimentação. Baratear alimentos frescos, tributar ultraprocessados e regular sua publicidade. É urgente implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) e fortalecer a vigilância e o atendimento às populações expostas. Ainda, aprimorar processos e regras sanitárias inclusivas.

Pesquisa e inovação com os territórios. Implementar o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia (PNPIAF) com financiamento e participação das organizações territoriais na definição das prioridades. Definir um plano de trabalho com continuidade e orçamento garantidos para os Núcleos de Estudos em Agroecologia e a pesquisa feita com e pelas agricultoras, agricultores e povos e comunidades tradicionais, valorizando seus conhecimentos e apoiando as soluções que desenvolvem. Desenvolver de maneira participativa e implementar uma agenda de pesquisa estratégica em SSAN.

Essas frentes exigem planos mais ousados e orçamentos maiores para construir uma estratégia nacional de transformação justa e popular dos sistemas alimentares, articulando e fortalecendo programas e políticas existentes (PlanSAN, PNAPO, PLANAAB, PNAN, PNAUP, PNES, PNPCT[3]). Os próximos Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, de Agroecologia e Produção Orgânica, de Abastecimento Alimentar, o Plano Safra da Agricultura Familiar e o Plano Clima devem estar articulados ao Plano Plurianual e com metas mais ambiciosas, recursos identificados nos orçamentos anuais e acompanhamento público. As metas e os recursos devem enfrentar as desigualdades raciais, de gênero, de geração e entre territórios, fomentando economia solidária e o desenvolvimento territorial sustentável, com protagonismo dos grupos mais afetados.

Seguiremos mobilizados e dispostos a construir, com o governo, políticas que façam da comida de verdade, da justiça nos territórios e do Bem Viver direitos de todas e todos.

Brasília, 25 de novembro de 2026.

Sociedade Civil do(a):

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)
Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)
Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

[3] PlanSAN: Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANAAB: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar - Alimento no Prato
PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAUP: Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
PNES: Política Nacional de Economia Solidária
PNPCT: Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais